

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

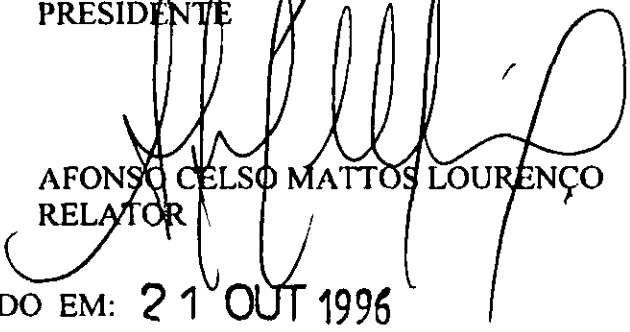
PROCESSO Nº : 10630/001.039/92-19
RECURSO Nº : 08.441
MATÉRIA : IRPF -Ex: 1988
RECORRENTE : SYLVIO GUIMARÃES PINTO COELHO
RECORRENTE : DRJ em JUIZ DE FORA -MG
SESSÃO DE : 23 de agosto de 1996.
ACÓRDÃO Nº : 105-10.676
AES

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - O resultado verificado no processo matriz será o aplicável ao procedimento reflexo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SYLVIO GUIMARÃES PINTO COELHO

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz (Acórdão no. 105-8.433, de 14/06/94), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


VERINALDO HENRIQUE DA SILVA
PRESIDENTE


AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 OUT 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Jorge Ponsoni Anoroço, José Carlos Passuello, Victor Wolszczak, Nilton Pêss. Charles Pereira Nunes. Ausente o Conselheiro Gilberto Gilberti.

PROCESSO Nº 10630/001.039/92-19
ACÓRDÃO Nº 105-10.676

RECURSO Nº : 08.441
RECORRENTE : SYLVIO GUIMARÃES PINTO COELHO.

RELATÓRIO

SYLVIO GUIMARÃES PINTO COELHO, teve contra si a NOTIFICAÇÃO de fls. 15, referente ao IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA, em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.

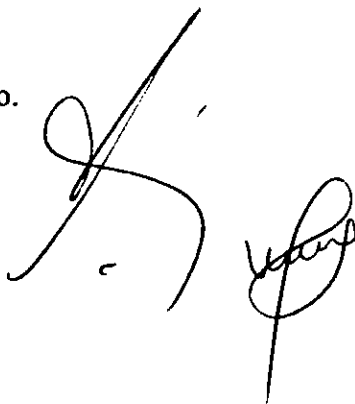
Impugnação tempestiva às fls. 19.

Informação fiscal às fls. 42.

Decisão singular às fls. 52, a qual julgou procedente em parte o Auto de Infração.

Irresignada, tempestivamente, a Autuada apresentou o seu recurso às fls. 58.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'S' followed by a smaller, more complex flourish.

VOTO

CONSELHEIRO AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, RELATOR.

O recurso é tempestivo.

O processo principal, relativo ao IRPJ, foi julgado nesta Câmara em sessão de 14/06/94, sendo que pelo Acórdão 105-8.433, foi dado provimento ao recurso.

O presente processo teve instauração e tramitação em conformidade com a lei, desde a peça vestibular até a subida a este Colegiado.

A Jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu na espécie dos autos.

Isto posto, dou provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz.

É o meu voto.

Sala das Sessões (DE), 23 de agosto de 1996.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO

